

HABEAS CORPUS Nº 492.974 - PB (2019/0039982-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JOSE CORSINO PEIXOTO NETO
ADVOGADO : JOSE CORSINO PEIXOTO NETO - PB012963
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PACIENTE : CHARLES WILLAMES MARQUES DE MORAIS (PRESO)

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CHARLES WILLAMES MARQUES DE MORAIS contra decisão monocrática proferida pelo Desembargador Relator do Tribunal Regional Federal da 5.^a Região que indeferiu pedido de extensão de efeitos de acórdão que substituiu a prisão preventiva de corrêu por outras medidas cautelares nos autos do HC n.º 0800944-26.2019.4.05.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi denunciado pela suposta prática do ilícito tipificado no art. 2.º, *caput*, da Lei n.º 12.850/2013 (participação em organização criminosa que teria por escopo fraudar reiteradamente licitações públicas em diversos municípios da Paraíba, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, desviar recursos públicos, lavar dinheiro público desviado e fraudar o fisco).

Em 15/11/2018, foi decretada a prisão preventiva do Paciente para a garantia da ordem pública e econômica (fls. 14-43).

O Tribunal *a quo* concedeu a ordem de *habeas corpus* e substituiu a prisão preventiva do corrêu Denis Ricardo Guedes Filho por outras medidas cautelares, em acórdão assim ementado:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. CRIME DA LEI DE LICITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DELITOS RELACIONADOS À ATIVIDADE DE ENGENHEIRO. IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. POSSIBILIDADE. ORDEM PÚBLICA E ECONÔMICA PRESERVADAS.

1. Habeas Corpus impetrado em favor de DRGF, apontando como autoridade coatora o Juízo da 14ª Vara Federal da Paraíba, objetivando a revogação da prisão preventiva determinada nos autos do Processo n° 0805848-49.2018.4.05.8205 ou a imposição de outras medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

2. No caso concreto, restaram demonstradas provas da materialidade e indícios de autoria da prática, pelo paciente, de crimes previstos na Lei de Licitações, bem como de organização criminosa.

Extraí-se da decisão combatida, em síntese, que DRGF, na qualidade de responsável técnico da empresa MELF Construtora (engenheiro fiscal), junto com outros agentes, atuou na falsificação de documentos de acervo técnico da EMN Construções com vistas a atestar a falsa execução de serviços na Fazenda Soares (termo de aceitação de obra, atestado e planilha de quantitativos) e, por consequência, fraudar ao menos três licitações em municípios paraibanos. Quanto aos fundamentos específicos previstos no art. 312 do CPP, a autoridade coatora fundamentou a necessidade de segregação cautelar do paciente para fins de resguardar a ordem pública e a ordem econômica, inclusive diante da possibilidade concreta de reiteração criminosa.

3. Os supostos ilícitos praticados pelo paciente se restringem ao exercício de sua atividade profissional de engenheiro fiscal, atestando a falsa execução de serviços perante órgãos públicos. DRGF não cometeu crime com violência ou grave ameaça, possui residência fixa e exerce ocupação lícita. Ademais, não demonstra risco de atrapalhar a instrução criminal ou de fugir do distrito da culpa.

5. A prisão preventiva do paciente configura constrangimento ilegal, de modo que a imposição de cautelares diversas da prisão é suficiente para assegurar a ordem pública e evitar a reiteração de conduta criminosa, especialmente porque podem ser fixadas medidas voltadas à impossibilidade de exercício de atividade profissional do paciente perante órgãos públicos. Desse modo, evita-se a desnecessária restrição ao direito de ir e vir e a indevida antecipação de eventual pena privativa de liberdade.

6. Ordem de Habeas Corpus concedida, determinando que a prisão preventiva imposta ao paciente seja substituída por outras medidas cautelares, a serem definidas pelo Magistrado do 1º Grau."

O Impetrante sustenta, em suma, que o Paciente sofre constrangimento ilegal decorrente do indeferimento do pedido de extensão dos efeitos do writ concedido ao corréu Denis.

Alega que "DENIS e CHARLES se encontram inseridos no mesmo contexto fático-processual (Operação Recidiva), têm os mesmos elementos subjetivos favoráveis (sem antecedentes, ocupação lícita – advogado e contador –, residência fixa) e igualmente não cometeram crime com violência ou grave ameaça à pessoa, tendo sido denunciados na mesma Ação Penal" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a extensão dos "efeitos da Ordem de Habeas Corpus concedida a DENIS RICARDO GUEDES FILHO nos autos do processo nº 0817580-04.2018.4.05.0000 ao paciente" (fl. 11).

É o breve relatório.

Na hipótese, não é possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, na medida em que os autos foram mal instruídos, visto que a Parte Impetrante **não juntou cópia integral do acórdão proferido nos autos do HC n.º 0817580-04.2018.4.05.0000**, de modo a permitir a verificação da alegada existência de identidade fático-processual entre os corréus.

Assim, confiro à Parte Impetrante o prazo de 5 dias para trazer aos autos os documentos faltantes, sob pena de extinção sem análise do mérito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

